

CVM - CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

ANO II

Boletim de Conjuntura Nacional

novembro 2014 nº 8

Coletivo CVM

A eleição presidencial em 2014 e o “terceiro turno”

Acabada a apuração das urnas do segundo turno da eleição presidencial, em 26 de outubro, todo espetáculo que apertou os inimigos em combate e parecia prometer pólvora arrefeceu com as conclamações à paz, ao diálogo e união nacional. Esse foi o tom do discurso de vitória de Dilma Rousseff (coligação Com a Força do Povo, liderada pelo PT), que conquistou 51,63 % dos votos, vitória reconhecida por Aécio Neves (Muda Brasil, liderada pelo PSDB), derrotado por uma pequena margem (48,36 %).

O processo, marcado pela disputa acirrada entre as candidaturas e uma mobilização política extremamente tensa no final do segundo turno, de fato dividiu o país. Por outro lado, o questionamento da vitória de Dilma pareceu abrir o risco de um terceiro turno, trazendo de volta à cena política ecos do golpismo. Tudo deixando um rastro de descontentamento que não se fechará apenas com discursos de pacificação. O pavio da luta de classes continua aceso.

A campanha político-partidária como uma expressão da luta de classes

A polarização eleitoral durante a campanha do segundo turno de fato fez ressurgir o espectro da luta de classes. Apresentada na oposição entre ricos e pobres pela coligação “Com a Força do Povo”, a campanha encontrou eco na coligação “Muda Brasil” com denúncia da corrupção e do clientelismo que atizou a intolerância contra os nordestinos e pobres dependentes do Programa Bolsa Família.

A campanha da direita radicalizava-se na medida em que as pesquisas e intenção de voto mostravam chances de vitória para Aécio. Para ajudar a conquista dos indecisos nada mais providencial do que um “atentado” contra a revista Veja, praticado no dia 24 de outubro com a pichação da fachada e o lixo jogado na porta do prédio onde funciona a empresa, numa suposta reação à reportagem na qual o doleiro Alberto Youssef acusou Dilma e Lula de terem conhecimento do esquema de corrupção na Petrobrás. No dia da eleição, o assunto rendeu a denúncia que percorreu todas as redes sociais de que o doleiro Youssef, internado em hospital após passar mal na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, teria sido assassinado.

A polarização foi tão aguda que dividiu famílias e amigos por todos os cantos do país, numa demonstração de que o pavio da luta de classes estava aceso, embora sua expressão não fosse abertamente de classe. Aludia às classes, mas ocultava o fato de que a sociedade não se divide entre ricos e pobres, e sim entre aqueles grupos da sociedade – chamados de classes sociais – que têm e aqueles que não têm a propriedade dos meios de produção, ou seja, capitalistas e trabalhadores. A proporção da riqueza apropriada depende fundamentalmente dessa condição.

Por outro lado, a campanha eleitoral, seja de um lado, seja de outro, não enfrentou os persistentes problemas estruturais – a exemplo da concentração da terra nas mãos dos latifundiários que inclusive explica porque um contingente de mais de 50 milhões de pessoas beneficiários do Programa Bolsa Família, está um pouco acima do limiar da miséria absoluta. Tampouco tratou dos desafios de curto prazo da economia capitalista do “inevitável ajuste na política econômica” como diz o título de um editorial do jornal O Globo, publicado no dia da votação, 26/10.

A radicalização persistiu ainda nos dias seguintes. Parecia que um terceiro turno poderia ser iniciado com o questionamento da lisura do pleito apresentado pelo PSDB ao

Tribunal Superior Eleitoral. Lideranças empresariais pronunciavam-se publicamente por [reformas](#), exigindo serem ouvidas, quer no governo, quer nas ruas. De modo surpreendente, tal vozerio foi respaldado pelo obscuro Moreira Franco, ministro da Secretaria de Aviação, ao alertar, dois dias após a vitória de Dilma Rousseff, para o risco da divisão social existente no país transformar-se em divisão política. Negar essa divisão foi tarefa conjunta de vitoriosos e derrotados interessados em manter as regras do jogo da democracia burguesa. O novo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, procurou legitimar a campanha, dizendo que “o povo discutiu, levou esse debate de modo civilizado” e que o Brasil “vive momento de democracia plena”. A nota inesperada de um “sócio ilustre” do [Clube Militar](#) afirmando: “A maioria decidiu. Não interessa que não seja a nossa opção. É a regra.” – jogou a pá de cal nos “golpistas” que foram às ruas em São Paulo exigir o impeachment de Dilma Rousseff por conta do acobertamento da corrupção.

O terceiro turno já começou

Entretanto o verdadeiro terceiro turno já está em curso longe dos holofotes da campanha e seus desdobramentos midiáticos. Um dia após a reeleição, em entrevista concedida a telejornais da TV aberta, a presidente Dilma Rousseff afirmou que pretendia iniciar diálogo amplo e profundo com “as forças produtivas da Nação nos segmentos da indústria, da agricultura, dos serviços e do setor financeiro”. Ela não se dirigiu às verdadeiras forças produtivas, os trabalhadores da cidade e do campo, as forças que produzem de fato a riqueza e sim aquelas que se apropriam da riqueza e mascaram sua dominação e parasitismo por detrás do adjetivo “produtivo”.

O aumento da taxa de juros pelo Banco Central em 29/10 deixa claro o sentido do “diálogo” no curto e médio prazo: ao justificar o aumento da taxa para controlar o impacto dos aumentos de preços que virão até o final do ano, a exemplo da energia elétrica, o BC garante a remuneração do capital financeiro que vive à expensa da dívida pública, dando fiança à política econômica seguida desde 2003 e aponta para o ajuste fiscal futuro. Uma política de redução “administrada” do ritmo da atividade econômica. O cenário de 2015 começa a ser delineado, mas ainda dependerá da recomposição do governo atual, tanto na máquina do poder executivo como do legislativo, com uma nova distribuição de cargos em razão do enfraquecimento eleitoral do PT e a manutenção do peso do PMDB. Por outro lado, como advertimos em [boletim no.](#) , paira no ar a ameaça aos direitos dos trabalhadores proposta pela CUT que pretende “flexibilizar” a CLT em nome da proteção do emprego.

Reforma política: ‘acordo de cavalheiros’ para o fortalecimento da democracia burguesa

Nada disso, contudo, aparece em primeiro plano. Nas bases políticas da coligação “Com a Força do Povo” ergue-se a bandeira da “reforma política”. Em que consiste a reforma política? Numa adequação do sistema eleitoral à correlação de forças historicamente consolidada desde 2003, a saber, da polarização entre PT e PSDB e seus respectivos aliados. A redução do número de partidos, com o desaparecimento dos pequenos, a votação por legendas partidárias e o fundo de financiamento público são algumas das medidas propostas que reforçam a democracia burguesa organizada em torno do presidencialismo de coalizão.

A distribuição dos cargos na recomposição do governo no executivo e no legislativo federal é a verdadeira premissa da reforma política. Sem uma ampla e bem dimensionada distribuição de influências e recursos de poder não se obterá o “acordo de cavalheiros” entre as lideranças do PT e do PMDB no Congresso Nacional para a tal reforma.

O ex-presidente Lula, saudado em primeiro lugar nos agradecimentos da vitória concedida pela maioria dos eleitores a Dilma, irá tornar-se candidato à sucessão presidencial em 2019 e o novo velho governo agora reeleito será a alavanca fundamental deste projeto. Lula sabe que o PT tornou-se igual aos demais partidos “tradicionais” e precisará recuperar a credibilidade do partido criado sob a sua liderança. Como disse à [imprensa](#) o senador Humberto Costa, o PT também pratica uma política tradicional, isto é, “o fisiologismo, só trabalhar a disputa eleitoral na máquina de governo, a nomeação de cargos, o peso do dinheiro.” Não é necessário ir muito longe à busca de exemplos, bastando lembrar que Fernando Haddad, do PT, elegeu-se prefeito de São Paulo com os votos malufistas.

Contra o terceiro turno e as ilusões pequeno-burguesas

Os trabalhadores, tanto do setor privado como do setor público, têm um desafio imediato: preparar-se para enfrentar o 3º. turno, isto é, o desafio da nova política econômica que se apresenta sob o manto do "necessário ajuste na política econômica" e da "redução do Custo Brasil", por trás do qual se pretende implementar, com apoio das centrais sindicais, a suspensão dos direitos sociais nas negociações coletivas de trabalho.

É necessário também lutar contra a ilusão pequeno-burguesa, qual participam diversos movimentos sociais e sindicais, de que reivindicações como a redução da jornada de trabalho e a redistribuição das terras improdutivas dos latifundiários para os camponeses estão impedidas porque a estrutura do poder político vigente não permite essas conquistas. Esperam democratizar o Estado burguês aumentando a influência dos conselhos de políticas públicas (saúde, educação, assistência social, etc.) ou por meio de uma Assembleia Constituinte Soberana e Exclusiva. Mas esse caminho passa pela "ampla unidade nacional" e mecanismos oficiais de convocação, quer dizer, pela subordinação às forças políticas burguesas que efetivamente controlam o poder; nada mais são, portanto, que meios de legitimação do Estado burguês.

Apenas um governo dos trabalhadores, surgido de suas lutas, pode realizar tais reivindicações. O caminho para a conquista do poder político e a instauração de um governo desse tipo passa pela mobilização independente da classe operária, de sua capacidade em transformar as lutas econômicas em políticas, isto é, em lutas de classe e não apenas de categorias desse ou daquele segmento dos trabalhadores, processo no qual se forjará o seu próprio partido, resultado do amadurecimento de sua consciência nos enfrentamentos de classe.

CVM, novembro de 2014.